

A PERTINÊNCIA DE UNIFICAR AS NORMAS DE FORMATAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

*Tânia Mota de Oliveira

Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pela UMSA (Universidad del Museo Social Argentino), Master em Cultura Jurídica (Universitat de Girona, Espanha) Especialista em Direito Aduaneiro e Comércio Exterior, Especialista em Direito do Trabalho Internacional (UBA, Universidade de Buenos Aires), autora do livro “Teixeira de Freitas sob a ótica da contemporaneidade (Ed. Quorum, edição bilíngüe) e autora de artigos científicos para a série Reflexiones sobre Derecho Latinoamericano, pesquisadora dos Direitos Humanos e Trabalhistas e doutoranda na UBA (Universidade de Buenos Aires).

RESUMO

O objetivo do artigo foi analisar a diversidade das normas de formatação existente na América Latina e as dificuldades geradas por essa diversidade nas produções e publicações acadêmicas. Foi discutida essa diversidade de normas de formatação exigidas na produção acadêmica da América Latina e vislumbrada a possibilidade de este ser muito mais um empecilho para o compartilhamento de conhecimento e de pesquisas entre os países desse continente do que um facilitador do intercâmbio e do avanço científico em conjunto. Realizou-se um estudo bibliográfico, além de análise baseada em experiências da pesquisadora. Concluiu-se que o estudo das normas de formatação deveria fazer parte da grade curricular desde o ensino fundamental, além de se pensar nessa ação como um instrumento de integração acadêmica entre os países da América Latina, tornando mais fácil a realização de cursos em países que não o de origem do estudante.

PALAVRAS-CHAVE: Normas de formatação. Unificação. América Latina.

1. INTRODUÇÃO

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida”.

John Dewey

Se a consciência sem atos é inócua, qualquer ação sem planejamento antecipado também não irá produzir resultados eficazes. Porém, para ser efetivo é fundamental que o planejamento e elaboração sigam um método específico. E, além disso, nos trabalhos acadêmicos, por uma exigência das instituições, é fundamental que o resultado teórico da pesquisa seja apresentado de acordo com as normas de formatação previamente estabelecidas.

No entanto, como será avaliado ao longo desse artigo, a diversidade de normas de formatação que são exigidas na produção acadêmica da América Latina talvez seja muito mais um empecilho para o compartilhamento de conhecimento e de pesquisas entre os países desse continente do que um facilitador do intercâmbio e do avanço científico em conjunto.

Isso porque em países como o Brasil, por exemplo, há um padrão de formatação dos trabalhos acadêmicos que deve ser seguido obrigatoriamente. O padrão utilizado pelas instituições de ensino superior brasileiras é baseado nas normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Já a Argentina não dispõe de uma norma padrão. Na maioria das vezes, as universidades desse país estabelecem em seus regulamentos regras próprias de formatação. Outras seguem o padrão norte-americano da APA (American Psychological Association). No caso de alunos brasileiros frequentando cursos na Argentina, e na ausência de um direcionamento para a formatação, a recomendação normalmente feita é que siga as normas da ABNT, devido à sua ampla aceitação.

Desta forma, além de superar as dificuldades da própria redação científica para a qual, na maioria das vezes, o estudante não recebeu as orientações básicas ao longo do seu percurso acadêmico, é preciso vencer as dificuldades para atender as exigências de normas específicas de formatação.

As especificidades e exigências quanto à formatação de trabalhos acadêmicos na América Latina, assim como conceitos de métodos adotados na produção científica local serão analisados a seguir com o intuito de incentivar e subsidiar debates que possam conduzir a alternativas ainda não percebidas.

2. MÉTODO E FORMATAÇÃO

A palavra método vem do grego *methos* e significa caminho, ou seja, o meio que se utiliza para atingir determinado fim. O que significa que método é uma forma de

selecionar técnicas e de avaliar alternativas para uma ação científica. Por meio do método escolhido é possível chegar o objetivo proposto para a pesquisa.

Resumidamente, Silva e Menezes (2001) definem método como um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos que é necessário à investigação científica. E acrescentam que o ideal é que o pesquisador não fique preso a um método em particular. Para Kunz e Cardinaux (2011, p. 18) “la metodología desarrolla estrategias y técnicas para lograr conocimiento científico, sin cuestionar su legitimidad”.

E o que ciência? Etimologicamente é originária da expressão latina *scientia* que significa qualquer tipo de conhecimento. Desta forma, com relação a metodologia científica é viável concordar com o que afirma Fachin (2003, p. 28). De acordo com este autor a metodologia científica é um “traço característico da ciência aplicada, pelo qual se coloca em evidência o conjunto de etapas operacionais ocorrido na manipulação para alcançar determinado objetivo científico”.

Pois, como já dizia Poincaré (1905, p. 9) no início do século XX “a ciência é construída de fatos, como uma casa é de pedras. Mas uma coleção de fatos não é mais uma ciência do que um monte de pedras é uma casa”.

O que torna indiscutível a argumentação de Martins (2004), quando ressalta a importância que tem a introdução, desde o início da vida acadêmica, de noções sobre a metodologia da vida didática científica em geral. Para o autor, com quem compartilhamos o pensamento, é preciso evitar que o aluno termine o seu curso sem condições de aplicar adequadamente o método específico de sua área, sem ter conhecimentos suficientes para pesquisar ou manipular o instrumental metodológico do seu campo de atuação.

Contudo, para a realização de um trabalho científico o caminho a percorrer oferece determinadas limitações e regras específicas que devem ser respeitadas *ad litteris et verbis*. Como é o caso do Brasil. Nesse país há um padrão de formatação dos trabalhos acadêmicos que deve ser seguido obrigatoriamente e que é baseado nas normas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A ABNT, criada em 1940, é uma entidade privada e sem fins lucrativos responsável pela publicação das Normas Brasileiras (ABNT NBR). No mesmo ano da sua criação a ABNT foi reconhecida e confirmada pelo governo brasileiro por meio de diversos instrumentos legais. Embora o uso de normas não seja obrigatório, mas sim de caráter voluntário, a comunidade científica brasileira, como um todo, determina o seu uso para elaboração de trabalhos, o que significa que a não utilização das normas ABNT ou o seu uso equivocado pode diminuir a nota do aluno e até mesmo invalidar o trabalho de conclusão de curso, monografia, dissertação ou tese.

Estas normas servem como diretrizes das pesquisas e são aceitas por todos os meios acadêmicos brasileiros. Além disso, de acordo com a ABNT, essa padronização dos trabalhos é um facilitador ao acesso às informações, compreensão, correção e também avaliação dos mesmos em qualquer região do Brasil. No entanto, para Thums (2003, p. 196) a exigência do uso das normas da ABNT é responsável pela criação de uma nova profissão, a dos formatadores de trabalhos acadêmicos.

A dificuldade de alunos e professores é tão significativa que nos últimos anos muitos softwares para formatação de trabalhos têm sido criados. Em 2015, para citarmos um exemplo, três estudantes da pós-graduação em Computação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), estado da região Nordeste do Brasil, criaram um software que organiza textos no formato exigido pela ABNT. Inicialmente o programa foi disponibilizado gratuitamente na internet e após esse período passou a ser pago de acordo com o nível de utilização do usuário.

Outros programas com a mesma finalidade, no entanto, estão disponíveis de forma gratuita, como é o caso do Monografando, uma ferramenta que possibilita a escrita enquanto o mesmo é editado já dentro das regras de formatação da ABNT. Mais um mercado de negócios aberto graças a exigência do uso correto das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Normas essas que inclusive sofrem alterações com regularidade, como aconteceu em 2011 e mais recentemente, em 2015.

Contudo, se o estudante brasileiro for da área da saúde (cursos de Medicina, Enfermagem e Fisioterapia, entre outros) ele necessariamente se guiará por outras normas. Ele deverá seguir a Metodologia de Vancouver que têm regras mais detalhadas e são mais severas se comparadas as da ABNT. Temos também as regras da American Psychological Association (APA), de origem norte-americana. Segundo as normas da APA, por exemplo, as citações com mais de 40 palavras deve ser incorporada ao texto, sempre entre aspas duplas. Se for mais longa deve ser feita em um bloco de linhas em espaço duplo e sem aspas.

Mas essas normas de formatação não são as únicas. Na normatização internacional todas as vertentes e diretrizes são elaboradas pela International Standardization Organization (ISSO), uma organização formada por 157 países que regula as normas que serão válidas para todos os países. No Brasil essas regras são regulamentadas pela ABNT.

Na América Latina encontramos várias situações. A Argentina não dispõe de uma norma padrão. Na maioria das vezes, as universidades desse país estabelecem em seus regulamentos regras próprias de formatação. Já outras seguem o padrão norte-americano da APA (American Psychological Association). No caso de alunos brasileiros frequentando cursos na Argentina, e na ausência de um direcionamento para a formatação, a recomendação normalmente feita é que siga as normas da ABNT, devido à sua ampla aceitação.

Na Colômbia, além do padrão APA os acadêmicos também devem se orientar pelas regras do Instituto Colombiano de Normas Técnicas y Certificación (ICONTEC), que é o organismo nacional de normatização regulamentado por meio do decreto nº 2296 de 1993¹.

Mas as dificuldades não param por aí. Além da preocupação em atender normas específicas de formatação que, se não forem respeitadas podem prejudicar de forma irreversível a carreira acadêmica do aluno, é preciso também superar as dificuldades

¹ Disponível em <http://www.ucn.edu.co/sistema-investigacion/Documents/guia-citacion-referenciacion-textos-academico-investigativos-normas-apa-icontec-junio-2012.pdf>. Acesso em 28 de fev. de 2016.

da própria redação científica para a qual, na maioria das vezes, o estudante não recebeu as orientações básicas e fundamentais.

Na verdade, o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever no contexto acadêmico deveria ser um compromisso presente nas instituições de ensino desde os primeiros anos, de forma a possibilitar o raciocínio crítico, a coerência do pensamento e a assimilação de conhecimento.

Um conhecimento ainda mais primordial quando adentramos no universo do Direito. A metodologia jurídica é vital tanto para os acadêmicos quanto para os profissionais da área. Como defende Cunha (2004) “é uma prática esclarecida por teoria e uma teoria inspirada pela prática”. Cunha complementa, justificando a importância do conhecimento dos métodos: “o jurista tem essencialmente que lidar com textos, orais e escritos, tem que fazer interpretação criadora do Direito, o discurso de persuasão ou legitimação”.

3 CONCLUSÃO

A maioria das dificuldades diagnosticadas na universidade são lacunas que foram deixadas de lado desde o início do percurso estudantil. E que podem ser sanadas com uma mudança na grade curricular o que, necessariamente, também implicaria uma transformação na maneira de pensar o ensino.

O fato de o aluno ter acesso ao estudo da metodologia científica, em muitas instituições, apenas no final do curso acadêmico, é um fator que prejudica em demasia a realização de suas pesquisas, resultando em uma conclusão falha e muitas vezes superficial, não saindo do campo do óbvio.

Assim, vai-se acumulando dificuldades que sem dúvida alguma podem comprometer a qualidade final de um trabalho acadêmico e até futuras carreiras que poderiam ser não apenas brilhantes como reverter em benefícios significativos à sociedade.

Afinal, se os estudantes fossem introduzidos no universo da metodologia científica desde os primeiros anos de vida escolar, a sua utilização já estaria incorporada ao seu esquema de pesquisa. Aliás, o uso dos métodos científicos não se restringe unicamente aos meios acadêmicos.

Pois como afirma Oliveira (2002), eles foram criados para “ajudar a construir uma representação adequada das questões a serem estudadas”, o que não exclui aquelas que estão fora do meio acadêmico. Questões estas que também requerem um planejamento e esquematização da sua análise para aperfeiçoar o encontro de soluções e possibilitar um entendimento mais amplo de todo o contexto no qual estão inseridas.

E assim tornar realidade a visão que Demo (2001, p. 47) possui sobre o objetivo do estudo: “aprender é a maior prova da maleabilidade do ser humano, porque, mais que adaptar-se à realidade, passa a nela intervir”. No entanto, o desconhecimento sobre os métodos científicos, acumulado ao longo da sua trajetória estudantil culmina, no período universitário, com uma rejeição instantânea frente à necessidade de sua utilização e em uma profunda dificuldade em compreender o que representam para seus estudos.

Agregando a essa rejeição a dificuldade de atender especificidades técnicas de formatação que especificamente na América Latina não estão unificadas, temos um quadro de dificuldades que muitas vezes servem como desestimulantes para o prosseguimento dos estudos.

Um quadro geral que além das situações já citadas anteriormente como o crescente mercado de formadores profissionais e também a criação de softwares com esse objetivo, apresenta alternativas nefastas para a produção acadêmica: as vendas de trabalhos prontos e formatados pela internet. Desestimulados diante da complexidade das exigências que precisa enfrentar e superar, inseguro de suas condições de vencer essas diversidades e realizar um bom trabalho, não são poucos aqueles que optam por esse caminho.

Evidentemente que não se trata de encontrar desculpas para a falta de ética nem para a desistência de toda e qualquer honestidade na trajetória acadêmica, mas apenas de ressaltar que muitas vezes não é uma questão simplesmente de falta de caráter, mas de um grau de adversidade tão intenso que está além das condições do aluno enfrentar.

Com certeza as normas e regras apresentam aspectos positivos mas, por outro lado, também contribuem e de maneira significativa para dificultar a trajetória e desenvolvimento acadêmico do corpo discente. Desta forma, pelo menos na América Latina (pensar além dessa região tornaria o desejo ainda mais utópico), deveria buscar uma formatação única.

Uma padronização para ser seguida por todas as instituições de ensino de graduação e pós-graduação e que, além disso, fosse ensinada desde os primeiros anos do processo de ensino e aprendizagem. Afinal, não é possível exigir excelência em particularidades acadêmicas com as quais o estudante nunca foi iniciado e muitas vezes não tem sequer uma noção básica. Seria uma forma também de evitar o plágio e a compra de trabalhos prontos, interrompendo um comércio aviltante para a comunidade científico.

Desta forma, assim como metodologia científica, a formatação adequada dos trabalhos de conclusão de curso, teses, monografias e artigos científicos, deveria fazer parte da grade curricular desde o ensino fundamental. Uma ação que seria também um instrumento de integração acadêmica entre os países da América Latina, tornando mais fácil a realização de cursos em países que não o de origem do estudante. Se se deseja, de fato, uma união entre as nações dessa região do mundo esse seria um bom começo e um sinal da veracidade dessa intenção.

REFERÊNCIAS

ASTI-VERA, Armando. **Metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre:Globo, 1979.

ATIENZA, Manuel. **El derecho como argumentación**. Barcelona: Ariel Derecho, 2006.

BIAGI, Marta Cristina. **Pesquisa Científica** – roteiro prático para desenvolver projetos e teses. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. 3 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu. **História e método em pesquisa jurídica**. São Paulo:Quartier Latin, 2006.

CUNHA, Paulo Ferreira da. **Iniciação à metodologia jurídica**. 3 ed. Coimbra: Editora Almedina, 2014.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Editora Perspectiva. Trad. Gilson César Cardoso de Souza, 1996.

FARIA, José Eduardo. **A reforma do ensino jurídico**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1987.

_____. Prefácio. In GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. **(Re)pensando a Pesquisa Jurídica**. Belo Horizonte. Ed. Del Rey, 2002.

GORDILLO, Agustín. **El método en el Derecho**. Madrid: Civitas, 1997.

GUALTZ, Madeleine. **Méthodes des sciences sociales**. 4 ed., París:Dalloz, 1979.

HERRERA, Enrique. **Práctica metodológica de la investigación jurídica**. Buenos Aires:Astrea, 1998.

KUNZ, Ana; CARDINAUX, Nancy. **Investigar en Derecho**. Buenos Aires:Universidad de Buenos Aires, 2011.

LARENZ, Karl. **Metodologia da Ciência do Direito**. Tradução de José Lamego. 3ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

MARCHI, Eduardo C. Silveira. **Guia de Metodologia Juridica**. 2 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. São Paulo: Saraiva, 2003.

NOBRE, Marcos et all. **O que é pesquisa em Direito?** São Paulo: Quartier Latin, 2005.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Metodologia científica aplicada ao direito**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

POINCARÉ, Henri. **Science and Hypothesis**. London:Walter Scott Publishing, 1905.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Rafael. **Metodología de la ciencia del derecho**. 2 ed. México:Porrua, 1997.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.